

**PROCESSO** - A. I. Nº 233048.0011/04-6  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDO** - TEXTO EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.  
**RECURSO** - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 2ª JJF nº 0219-02/05  
**ORIGEM** - INFAZ BONOCÔ  
**INTERNET** - 20/09/2005

## 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0315-11/05

**EMENTA:** ICMS. CONTA “CAIXA”. SUPRIMENTO DE ORIGEM NÃO COMPROVADA. PRESUNÇÃO DE OPERAÇÕES NÃO DECLARADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Demonstrada a existência de suprimentos de Caixa de origem não comprovada, fato que a lei autoriza presumir-se serem relativos a operações tributáveis não contabilizadas. Refeito o demonstrativo do débito, primeiro, para correção de erros de cálculo, e segundo, para adequação do lançamento à legislação aplicável às empresas enquadradas no regime do SimBahia. O ICMS é um tributo não-cumulativo. O art. 19 da Lei nº 7.357/98, com a redação dada pela Lei nº 8.534/02, manda que se abata do imposto apurado o crédito presumido de 8% sobre as saídas consideradas, em se tratando de contribuinte do SimBahia. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Ofício relativo ao Auto de Infração em lide, datado de 28/6/04, apontando a “*Omissão de saída de mercadorias tributáveis apurada através de suprimento de caixa de origem não comprovada*”, exigindo ICMS no valor de : R\$194.459,49, mais multa de 70%.

Da análise da impugnação apresentada, e dos fatos extensamente apresentados pelos ilustres julgadores da Primeira Instância, ficou patente ter a agente autuadora considerado não comprovados os suprimentos de Caixa levantados por sua fiscalização, e os adotou como se fossem os valores do ICMS devido, majorando, sobremaneira, o valor do lançamento fiscal, e a partir destes, realizou um exercício matemático de regra de três, aplicou a alíquota de 17%, chegando a uma base de cálculo irreal.

Aduziram ainda os senhores julgadores, que os advogados do impugnante apresentaram de forma pormenorizada e objetiva, a ocorrência de diversos outros equívocos, e de que na prestação da informação fiscal, a agente apenas reconheceu o engano na determinação da base legal dos cálculos, tendo ignorado e calando-se quanto aos argumentos e provas trazidas relativas à origem de recursos de Caixa.

Citam o desacordo ao art. 127 do RPAF, que em seu § 6º estipula que a informação fiscal deve abordar de forma objetiva todos os aspectos da defesa, com fundamentação, e que a defesa pormenorizou a demonstração, para cada tópico do levantamento fiscal, das origens dos suprimentos de Caixa, seguindo-se as cópias dos documentos achados pertinentes à contestação. Acostados aos autos esses comprovantes, as fls. 77 a 308, comentam ter sido singular e estranho que o agente fiscal não tenha oferecido nenhum comentário acerca desses apensos.

Realçam que o lançamento, tributário é um procedimento vinculado, regrado, portanto, em lei, e que esta legalidade tributária impõe que o valor lançado seja exatamente, precisamente, aquilo que é devido, nem mais nem menos. Fica patente, por tão evidente, o dever jurídico de rever o lançamento, que aos ilustres julgadores está a parecer desnecessário e redundante o mandamento contido no art. 127, §6º do RPAF/69.

De conformidade ao Parecer ASTEC nº 0024/2005, a fl. 337, solicitado pela 2ª JJF, observou-se que no período que compreendeu os meses da autuação fiscal, a empresa esteve albergada no regime do SimBahia, Lei nº 7357/98 que em seu art. 19 determina que o tributo seja exigido com base nos critérios e alíquotas aplicáveis às operações normais. Desta forma, nos mandamentos da lei, não basta na infração aplicar a alíquota praticada pelas empresas normais, de 17%, pois da redação da Lei nº 8.534/02 manda abater do valor lavrado, o crédito presumido de 8% sobre as saídas.

Finalizam sua exposição, realçando que embora não seja competência do ilustre relator, mas com vistas à celeridade e redução de custos e prejuízos ao Estado, corrigiram os cálculos e valores envolvidos no presente, tomando por base o demonstrativo na fl. 440, para R\$4.815,56, mais multa de 70%.

## VOTO

Das provas documentais acostadas ao presente PAF, e os oportunos e procedentes Pareceres e julgamento, emanados tanto pela ASTEC quanto pela 2ª Junta de Julgamento Fiscal, não podem pairar dúvidas quanto a acertiva ora mencionada a que leva a entender a procedência parcial do Auto de Infração em exame, tanto pelos equívocos praticados pela agente autuadora, quanto pela relutante dificuldade em considerar as provas documentais tempestivas e coerentes que foram prestadas pelo contribuinte.

Da seguinte sinopse, depreende-se a fragilidade que revestiu este lançamento;

- A) Auto de Infração foi lavrado, exigindo R\$194.459,49 mais multa de 70%,
- B) Reconhecimento do equívoco (fl. 313) reduzindo para R\$33.091,47 mais multa de 70%,
- C) Acatamento de comprovação de origens do Caixa, (fl. 440) reduzindo o imposto exigido para R\$9.096,08, mais multa de 70%,
- D) Disposição da 2ª JJF em corrigir demonstrativo anterior (fl. 440), e consignar crédito de 8% sobre o valor das saídas, (consoante legislação, Lei nº 8.534/02), estabelecendo para o Auto de Infração em tela o valor final de R\$4.815,56 mais multa de 70%, elaborando Demonstrativo de Débito Após Julgamento, a fl. 451, compreendendo cada mês envolvido na lavratura do Auto de Infração, os respectivos débitos autuados e os julgados.

Desta forma, restou-me concretamente comprovado o engano cometido pela autuação, pelo que voto pelo NÃO PROVIMENTO ao Recurso de Ofício.

## RESOLUCAO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **233048.0011/04-6**, lavrado contra **TEXTO EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$4.815,56**, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, inc. III da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 08 de setembro de 2005.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

OSWALDO IGNÁCIO AMADOR - RELATOR

JORGE SALOMÃO OLIVEIRA DOS SANTOS - REPR. DA PGE/PROFIS